

**PUBLICO.PT**

Secções PÚBLICO Edição Impressa: [Destaque](#), [Opinião](#), [Portugal](#), [Mundo](#), [Temas](#), [Economia](#), [Desporto](#), [Media](#), [Local Lisboa](#), [Local Porto](#)

## **Missão de observação da UE opta por não declarar legislativas "livres e justas"**

Ana Dias Cordeiro

**Era a mais esperada das posições dos observadores que acompanharam o processo.**

**A missão foi crítica mas não corrobora muitas das denúncias da oposição em Angola**

Em vez de declarar as eleições "justas e livres" como fizeram outras equipas de observação, a missão de observadores da União Europeia (UE) declarou ontem que as legislativas em Angola foram realizadas num "clima de serenidade" e que o dia da votação ficou marcado por "debilidades" na organização e "inconsistências" de procedimentos.

Além disso, numa crítica evidente, considerou que todo o processo tinha sido dominado por "desigualdades nas condições" em que concorreram os partidos políticos. Mas não sustentou algumas das denúncias de formações da oposição e apelou a todos os intervenientes a "manter uma postura serena e democrática".

Horas depois, já ao princípio da noite, o líder da UNITA, Isaías Samakuva, aceitava os resultados, recuando assim na iniciativa de há dois dias de impugnar as eleições. E manifestando o desejo de que o partido vencedor, o MPLA, governe "no interesse de todos os angolanos".

Entre o tom quase livre de críticas das outras missões de observadores - como os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) - a posição dos observadores europeus era aguardada com muita expectativa, sobretudo depois de, na sexta-feira, a chefe da missão e vice-presidente do Parlamento Europeu, Luisa Morgantini, se ter referido ao processo de votação em Luanda como um "desastre".

Ontem, Luisa Morgantini esclareceu que se referia apenas a casos pontuais. Porém, a declaração preliminar sobre as eleições, que ontem apresentou em Luanda, contém muitas reservas em relação a vários aspectos do processo.

Ao mesmo tempo, também elogia os angolanos pelo "seu claro compromisso com o processo democrático do país e o desejo de deixar para trás o passado" da guerra.

No fim, em resposta às perguntas de jornalistas, Luisa Morgantini disse que a missão não iria declarar o voto não válido mas também recusou qualificar as eleições "justas e livres".

Mais do que um pronunciamento político, a missão da UE apresentou um relatório detalhado das falhas de um processo que o Presidente Eduardo dos Santos prometera que seria "exemplar".

Essas falhas, em várias circunstâncias, corresponderam a violações das "normas

internacionais sobre procedimentos eleitorais", refere o relatório disponível no site da missão de observação. Por exemplo, os problemas de distribuição dos cadernos eleitorais, que faltaram em várias assembleias de voto, o que, segundo o documento, "eliminou um dos controlos mais importantes previstos na lei".

A missão também referiu a falta de acesso da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) a informação vital relativa ao processo e na posse do Governo, o não credenciamento de observadores nacionais independentes e a desproporção dos meios entre o MPLA e os partidos da oposição.

### **Sem dados sobre abstenção**

Os problemas em torno dos cadernos eleitorais e o facto de, dois antes da votação, a CNE ter decidido que os eleitores podiam votar em qualquer mesa no interior do mesmo município, independentemente da circunscrição onde estavam inscritos, levou, na prática, a que os cadernos eleitorais deixassem de ser utilizados em muitos locais. A votação passou assim a ser controlada através do cartão de eleitor e da aplicação da tinta indelével para prevenir o voto duplo, explicou ao PÚBLICO o "número dois" da missão, o espanhol José António de Gabriel Perez. Esse contexto pode explicar que ainda não sejam conhecidos os dados sobre a participação dos eleitores, apesar de já estar adiantada a divulgação dos resultados provinciais, acrescentou.

Mas para o professor de Ciência Política da Universidade Católica de Angola, Nelson Pestana, a ausência de números sobre a abstenção está a ser "deliberada" e levanta suspeitas. "Quando esses dados forem divulgados se verá que a geografia dos que não votaram coincide com a geografia dos que apoiam a oposição", disse o politólogo, que é também dirigente da Frente para a Democracia (FpD).

E sobre uma vitória de mais 80 por cento dos votos para o MPLA, diz: "Não era de maneira nenhuma esperada porque não corresponde à realidade social e política do país." Apenas se explica, acrescenta, por "um conjunto de factores", como "a imposição do voto do medo" no MPLA.

A missão de observação não fala em medo, mas critica o "uso indevido dos recursos do Estado por parte do MPLA", "a distribuição de ofertas do Governo" a líderes tradicionais e o desequilíbrio na cobertura das eleições pelos órgãos de comunicação estatais (os únicos que chegam a todo o país) muito em favor do MPLA, indo ao encontro de algumas das acusações dos partidos da oposição. Ao contrário destes, porém, diz que, na ausência de sondagens fiáveis, "as eleições oferecem pela primeira vez em 16 anos um retrato do panorama político angolano".

O MPLA, do Presidente José Eduardo dos Santos, venceu as primeiras legislativas em 16 anos com mais de 80 por cento